

Clipping Conselho Federal de Psicologia

ÍNDICE

Conselho Nacional de Saúde pede veto a Ato Médico.....	2
Ato médico também provoca protestos.....	2
Coro contra ato médico.....	3
Entidades cobram vetos à Lei do Ato Médico	4
Frente Mineira em Defesa da Saúde convoca imprensa para falar sobre Ato Médico ...	4
Conselho Nacional de Saúde pede que Dilma vete o Ato Médico.....	6
Em cerimônia, plateia pede que Dilma vete Ato Médico	7
Profissionais da saúde se reúnem para discutir consequências do Ato Médico, caso seja aprovado nesta sexta-feira	7
Dilma ouve coro pedindo veto ao projeto de lei do 'Ato Médico'	8
Fisioterapeutas fazem protesto pelas ruas de Santos, SP	9
Profissionais da saúde ameaçam entrar em greve contra Ato Médico.....	10
Protesto contra o ato médico	10
Entidades de saúde vão às ruas na segunda contra 'Ato Médico'	11
Protesto repudia lei que institui o ato médico.....	12
Não há acordo sobre Ato Médico	13
Manifestantes protestam contra o Ato Médico em Brasília.....	13
Profissionais da saúde afirmam que Ato Médico irá burocratizar o SUS	14
Profissionais da saúde fazem protesto pedindo que Dilma vete trechos do Ato Médico.....	15
Protesto de enfermeiros contra o ato médico interdita Agamenon, no Recife.....	16
Médicos fazem manifesto às 17 horas.....	16
Enfermagem protesta por piso salarial e jornada de 30 horas	17
Médicos contra estrangeiros	18
Médicos participam de manifestações pelo país	22
Entidades de enfermagem criticam 'ato médico'.....	22
A Lei do Ato Médico é mais proteção para a saúde do povo	23
Entidades de enfermagem criticam 'ato médico'	24
Médicos paralisam atividades e fazem ato no Rio	25
Médicos de hospitais públicos e privados paralisam nesta quarta-feira.....	26
Profissionais de saúde protestam na quarta-feira e planejam paralisação nacional.....	26
Enfermeiros protestam no vão livre do Masp contra o Ato Médico - Terra Brasil.....	27
Representantes de Conselhos Federais exigiram veto ao Ato Médico	28

O TEMPO

ATO MÉDICO

09/07/2013 03:00

[Veja a matéria no site de origem](#)**Conselho Nacional de Saúde pede veto a Ato Médico**

Presidente do órgão disse "Veta, Dilma"

Brasília. Profissionais de saúde presentes na cerimônia de lançamento do programa Mais Médicos, no Palácio do Planalto, pediram aos gritos, ontem, que a presidente Dilma Rousseff vete o Ato Médico. A presidente tem até sexta-feira para sancionar a lei integralmente ou com vetos. Presente à cerimônia, Dilma apenas sorriu em resposta à manifestação da plateia convidada para o evento, no Salão Nobre.

A manifestação ocorreu durante discurso da presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Maria do Socorro de Souza, que quebrou o protocolo e disse "Veta, Dilma". O episódio é semelhante a uma manifestação ocorrida em maio de 2012, quando, em uma cerimônia pública, Dilma foi provocada a vetar, na época, o novo Código Florestal. Segundo Maria do Socorro, profissionais como enfermeiros, psicólogos e nutricionistas também precisam ser valorizados, principalmente os que estão na atenção à saúde básica.

Minas. Em Belo Horizonte, os profissionais de saúde também se mobilizaram contra o projeto de lei. Foi realizada ontem, na região hospitalar da capital, uma blitz educativa para levar informações sobre o Ato Médico a usuários e profissionais da área da saúde. Membros da Frente Mineira em Defesa da Saúde distribuíram panfletos informativos e exibiram faixas de protesto na frente do Hospital de Pronto-Socorro João XXIII.

"O objetivo do ato de hoje (ontem) é chamar a atenção da comunidade médica de que esse Ato Médico é uma aberração e também conscientizar a população de que a atenção básica à saúde vai se tornar ainda mais precária quando se dá 'superpoderes' a uma categoria em detrimento das outras", disse Reginaldo Tomaz Jesus Silva, diretor executivo do Sindicato Único dos Trabalhadores da Saúde de Minas Gerais, Sind-Saúde.

"Nós não somos contra a regulamentação da profissão do médico. Só somos contra a redação desse projeto de lei, que vai contra as conquistas históricas das outras categorias e do princípio do SUS do trabalho multiprofissional e da visão ampliada", declara Lourdes Machado, da Frente Mineira em Defesa da Saúde.

Esperança. "Acredito que haja, sim, a possibilidade do veto porque, pela Constituição Federal, cada entidade tem autonomia para exercer a livre profissão", acredita Felipe Fernandes, estudante de enfermagem e membro do Movimento Popular da Saúde. (Com Raquel Sodré)

JORNAL DO COMMERCIO - RJ | PAÍS

ATO MÉDICO

09/07/2013

Ato médico também provoca protestos

Além das polêmicas em torno do pacto pela saúde detalhado ontem, o governo federal tem em mãos outro polêmico projeto: o ato médico, que prevê que tratamento e diagnóstico sejam ações exclusivas dos formados em medicina. Logo antes de anunciar as medidas que fazem parte do programa Mais Médicos, a presidente Dilma Rousseff ouviu um ontem coro em um auditório lotado,

pedindo a ela que vete a proposta.

A reivindicação foi feita ao fim do discurso da presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Maria do Socorro Souza. "Quero aqui manifestar nossa posição contrária ao ato médico", disse Maria do Socorro. Segundo ela, outras profissões relacionadas à saúde também devem ser valorizadas. O prazo final para sanção do projeto de lei que regulamenta a medicina termina na sexta-feira.

Representantes de conselhos de enfermagem, farmácia, biomedicina e outras afirmam que há trechos ambíguos que os faria reféns dos médicos. Eles também questionam pontos, como o que torna exclusivo dos médicos a aplicação de injeções subcutâneas. As entidades de médicas, por outro lado, afirmam que há má interpretação e exagero em relação ao projeto. "O ato médico é um projeto revolucionário. Ele vai ao encontro do argumento de ter médicos, já que em alguns municípios, temos outros profissionais fazendo nosso trabalho, usando a mão de obra de não médicos. As enfermeiras são importantíssimas, mas é inconcebível que um psicólogo, por exemplo, faça o trabalho dos médicos", disse o presidente da Federação Nacional dos Médicos, Geraldo Ferreira. Na última semana, várias cidades do país tiveram protestos contra o projeto.

Clipping

Conselho Federal de Psicologia

CORREIO BRAZILIENSE - DF | POLÍTICA

ATO MÉDICO

09/07/2013

[Imagem 1](#)

Coro contra ato médico

Além das polêmicas em torno do pacto pela saúde detalhado ontem, o governo federal tem em mãos outro polêmico projeto: o ato médico, que prevê que tratamento e diagnóstico sejam ações exclusivas dos formados em medicina. Logo antes de anunciar as medidas que fazem parte do programa Mais Médicos, a presidente Dilma Rousseff ouviu ontem um coro em um auditório lotado, pedindo a ela que vete a proposta.

A reivindicação foi feita ao fim do discurso da presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Maria do Socorro Souza. "Quero aqui manifestar nossa posição contrária ao ato médico", disse Maria do Socorro. Segundo ela, outras profissões relacionadas à saúde também devem ser valorizadas. O prazo final para sanção do projeto de lei que regulamenta a medicina termina na sexta-feira.

Representantes de conselhos de enfermagem, farmácia, biomedicina e outras afirmam que há trechos ambíguos que os faria reféns dos médicos. Eles também questionam pontos, como o que torna exclusivo dos médicos a aplicação de injeções subcutâneas. As entidades médicas, por outro lado, afirmam que há má interpretação e exagero em relação ao projeto. "O ato médico é um projeto revolucionário. Ele vai ao encontro do argumento de ter médicos, já que em alguns municípios, temos outros profissionais fazendo nosso trabalho, usando a mão de obra de não médicos. As enfermeiras são importantíssimas, mas é inconcebível que um psicólogo, por exemplo, faça o trabalho dos médicos", disse o presidente da Federação Nacional dos Médicos, Geraldo Ferreira. Na última semana, várias cidades do país tiveram protestos contra o projeto. (JC)

JORNAL DO COMÉRCIO - RS | GERAL

PSICOLOGIA | ATO MÉDICO

09/07/2013

[Imagem 1](#)[Veja a matéria no site de origem](#)

Entidades cobram vetos à Lei do Ato Médico

No dia 18 deste mês, o Senado aprovou o projeto de lei que institui a regulamentação do exercício da Medicina e estabelece atividades que serão privativas dos médicos. A presidente Dilma Rousseff tem até o dia 12 para sancionar ou vetar a chamada Lei do Ato Médico. A possibilidade de o texto integral ser aprovado pela presidente tem preocupado diversas categorias profissionais que acreditam que a medida irá restringir suas áreas de atuação e prejudicar o atendimento em saúde da população.

Dois pontos da legislação são os alvos principais das entidades que representam 12 categorias profissionais, entre eles enfermeiros, psicólogos, fisioterapeutas e farmacêuticos. O primeiro é o artigo 4º, que determina que são atividades privativas do médico a "formulação do diagnóstico nosológico e respectiva prescrição terapêutica" e a "indicação da execução e execução de procedimentos invasivos, sejam diagnósticos, terapêuticos ou estéticos (...)". O segundo é o artigo 5º, que diz que somente o médico pode ser diretor ou chefe de serviços médicos. "Vai ficar tudo centrado na figura do médico. Qualquer procedimento da área da saúde terá de passar pelo aval dele. Qualquer procedimento invasivo, até uma injeção ou a aplicação de uma vacina, terá de passar pelo médico", afirma Rodrigo Curtis, do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 5ª Região.

A presidente do Sindicato dos Enfermeiros do Rio Grande do Sul, Nelci Dias, ressalta que as entidades de classe, que representam mais de 65 mil profissionais no Estado, não são contrárias à lei, e sim a pontos específicos dela. "Nenhuma entidade é contrária à regulamentação do exercício da Medicina. Queremos o veto parcial para que a regulamentação de uma profissão não impeça o exercício de outras", destaca.

Para a diretora do Sindicato dos Farmacêuticos gaúchos, Celia Chaves, a preocupação é, acima de tudo, com o atendimento à população. "Uma regulamentação não pode ferir as outras. Temos de ter uma equipe de saúde trabalhando com autonomia, para que cada um, na sua competência profissional, contribua para o atendimento integral à saúde", observa.

As entidades temem que a presidente sancione na íntegra a lei para não comprar outra briga com os médicos, que estão em rota de colisão com o governo federal em razão da vinda de profissionais do exterior. Se os vetos não ocorrerem, a intenção é buscar derrubar a lei na Justiça.

CRP - MG

ATO MÉDICO

09/07/2013

[Veja a matéria no site de origem](#)

Frente Mineira em Defesa da Saúde convoca imprensa para falar sobre Ato Médico

A aproximação do prazo final para que presidente Dilma Rousseff vete ou sancione o Projeto de Lei Suplementar (PLS) nº 268/2002, conhecido como Ato Médico, motivou a Frente Mineira em Defesa da Saúde, a qual o Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais faz parte, a convocar uma coletiva de imprensa para divulgar seu posicionamento contrário ao texto do projeto de lei.

A coletiva aconteceu ontem, 4 de julho, na sede do CRP-MG, reunindo jornalistas de vários veículos do estado, que registraram a fala dos representantes das entidades que compõem a Frente. Se aprovado, o PL do Ato Médico trará prejuízos para toda a sociedade. O prazo, para que a presidente se posicione quanto ao PL, termina no dia 12 de julho.

Usuários e profissionais dependentes

O Ato Médico, que essencialmente tem o objetivo de regulamentar a profissão de medicina, contém trechos que limitam a atuação das outras 13 categorias profissionais da saúde. A chefia de serviços, que se tornaria exclusiva do médico, indica uma hierarquização que não corresponde aos princípios do trabalho multiprofissional, fundamental no funcionamento do Sistema Único de Saúde.

Nas diversas declarações dadas durante a coletiva, predominou o discurso de que a Frente não é contra o PL do Ato Médico em si, mas condena a forma como ele foi redigido. Se aprovado, apenas médicos poderão atestar condições de saúde, diagnosticar doenças, indicar tratamentos e realizar quaisquer procedimentos invasivos.

O usuário do sistema de saúde também perderá sua autonomia, visto que cada vez que desejar se consultar com um nutricionista, psicólogo ou outros profissionais da saúde, deverá passar antes por um médico.

Veja [AQUI](#) mais fotos da coletiva de imprensa.

Blitz educativa contra o PL Ato Médico

Em reunião, realizada após a coletiva de imprensa, a Frente Mineira em Defesa da Saúde decidiu realizar, na próxima segunda-feira, dia 8 de julho, às 17h, uma blitz na área hospitalar de Belo Horizonte.

Todos os profissionais da saúde estão convocados para se manifestarem contra a aprovação do Projeto de Lei do Ato Médico, a favor da autonomia profissional e, principalmente, por uma saúde de qualidade para todos.

A atividade pretende conscientizar a população dos prejuízos que a aprovação do projeto de lei, tal como está redigido, pode gerar para a sociedade, além de chamar a atenção da presidente para essa demanda.

Além do veto ao PL do Ato Médico, a Frente Mineira tem como principais bandeiras de luta os 10% do PIB para a Saúde; a defesa das 30 horas semanais para as categorias que atuam nesta área e o acesso à saúde integral e multiprofissional. A Frente é composta pelas seguintes entidades:

Conselho Regional de Psicologia – MG

Conselho Regional de Nutricionistas – MG

Conselho Regional de Serviço Social – MG

Conselho Regional de Enfermagem – MG

Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – MG

Conselho Regional de Fonoaudiologia de MG/MT/MS/ES

Conselho Municipal de Saúde de Betim

Sindicato dos Psicólogos – MG

Sindicato dos Farmacêuticos – MG

Sindicato dos Fonoaudiólogos – MG

Sindicato dos Jornalistas Profissionais – MG

Sindicato dos Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais de Minas Gerais (Sinfito-MG)

Sindicato Único dos Trabalhadores de Saúde de Minas Gerais (Sindi-Saúde/MG)

Associação dos Usuários de Saúde Mental de Minas Gerais (Assusam/MG)

Associação dos Psicólogos do Alto Paraopeba (Apap)

Centro Acadêmico de Psicologia da Universidade Federal de São João Del Rei

Diretório Acadêmico de Psicologia da PUC MG/Coração Eucarístico

Diretório Central Estudantil da Universidade Salgado Oliveira (DCE Universo)

Fórum de Formação em Saúde Mental de Minas Gerais

Movimento Minas Contra o Ato Médico

Movimento Nacional dos Direitos Humanos (MNDH/MG)

Movimento Popular da Saúde

Acompanhe [AQUI](#) as atividades realizadas pela Frente Mineira em Defesa da Saúde.

Repercussão na mídia

Veja abaixo as notícias veiculadas sobre a coletiva de imprensa realizada nessa quinta-feira, 4 de julho:

- O Tempo

Entidades de saúde vão às ruas na segunda contra 'Ato Médico'

<http://www.otempo.com.br/capa/entidades-de-sa%C3%BAdade-v%C3%A3o-%C3%A0s-ruas-na-segunda-contr-a-to-m%C3%A9dico-1.675973>

- Estado de Minas

Profissionais da saúde afirmam que Ato Médico irá burocratizar o SUS

http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/07/04/interna_gerais,417270/profissionais-da-saude-afirmam-que-ato-medico-pode-burocratizar-o-sus.shtml

- Hoje em Dia

Profissionais da saúde temem barreira do Ato Médico ao SUS

<http://www.hojeemdia.com.br/minas/profissionais-da-saude-temem-barreira-do-ato-medico-ao-sus-1.143327>

- Rádio UFMG Educativa

<http://audioboo.fm/boos/1487186-dos-14-conselhos-ligados-a-area-da-saude-13-sao-contr-a-o-projeto-de-lei-conhecido-como-ato-medico>

- TV PUC

<http://www.youtube.com/watch?v=JAmUhylRgyo>

Clipping

Conselho Federal de Psicologia

AGÊNCIA BRASIL

ATO MÉDICO

08/07/2013 17:22

[Veja a matéria no site de origem](#)

Conselho Nacional de Saúde pede que Dilma vete o Ato Médico

Luana Lourenço

Repórter da Agência Brasil

Brasília - A presidenta do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Maria do Socorro dos Souza, pediu hoje (8) para a presidenta Dilma Rousseff vetar o Projeto de Lei 268/02, que regulamenta a medicina, o chamado Ato Médico. O prazo para sanção presidencial termina na próxima sexta-feira (12).

"Quero aqui manifestar nossa posição contrária ao Ato Médico", disse Maria do Socorro, seguida por um coro de "Veta, Dilma". Segundo ela, profissionais como enfermeiros, psicólogos e nutricionistas também precisam ser valorizados, principalmente os que estão na atenção à saúde básica.

A presidenta do CNS elogiou a iniciativa do governo de ampliar o tempo dos cursos de medicina de seis para oito anos para que os estudantes atuem no Sistema Único de Saúde (SUS) antes da formatura e disse que a medida é uma forma de dar retorno à sociedade.

"A sociedade espera que a corporação médica assuma um compromisso com a saúde pública brasileira. Não podemos admitir que o investimento de R\$ 800 mil para formar um estudante de medicina ou R\$ 600 mil para formar um odontólogo em universidade pública não se reverta como uma contribuição social", disse. "A medida vem em sintonia não só com o clamor da rua, mas está em consonância com as conferências de saúde e com as demandas dos movimentos sociais", acrescentou.

Maria do Socorro também defendeu o aumento dos investimentos em saúde, que, segundo ela, não foram recuperados desde o fim da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). "Perdemos um valor significativo e cabe à sociedade fazer um debate sobre as fontes necessárias para recompor esse investimento", avaliou. "A medida vem em sintonia não só com o clamor da rua, mas está em consonância com as conferências de saúde e com as demandas dos movimentos sociais", acrescentou.

Edição: Aécio Amado

Clipping

Conselho Federal de Psicologia

ESTADÃO

ATO MÉDICO

08/07/2013 17:01

[Veja a matéria no site de origem](#)

Em cerimônia, plateia pede que Dilma vete Ato Médico

Laís Alegretti e Rafael Moraes Moura - Agência Estado

A presidente Dilma Rousseff foi surpreendida nesta segunda-feira pela plateia que assiste à cerimônia de lançamento de programa na área da saúde no Palácio do Planalto. As pessoas gritaram "veta, veta, veta", em referência ao chamado Ato Médico, que é o projeto de lei que regulamenta o exercício da medicina.

A matéria define quais atividades são exclusivas dos profissionais formados em medicina e é fruto de preocupação entre prefeitos, que temem o impacto do projeto nas contas das prefeituras.

Clipping

Conselho Federal de Psicologia

ZERO HORA

ATO MÉDICO

08/07/2013 20:49

[Veja a matéria no site de origem](#)

Profissionais da saúde se reúnem para discutir consequências do Ato Médico, caso seja aprovado nesta sexta-feira

Pontos polêmicos estariam nos artigos 4º e 5º do projeto de lei

A quatro dias do prazo final para que a presidente Dilma Rousseff se posicione sobre o Ato Médico,

profissionais da saúde se reuniram nesta tarde, na Capital, para discutir as consequências que a votação favorável do projeto pode trazer às categorias envolvidas. O encontro foi organizado pelo Sindicato dos Enfermeiros do Rio Grande do Sul (Sergs).

Favoráveis à regulamentação do exercício da Medicina, entidades como o Sindicato dos Farmacêuticos no Estado do Rio Grande do Sul e Comissão de Sindicância do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 5ª Região (Crefito) posicionaram-se especificamente contra dois artigos do projeto de lei (PL), aprovados pelo Senado no último mês.

O primeiro ponto polêmico, o artigo 4º, coloca como atividades privativas dos médicos a formulação do diagnóstico nosológico e prescrição terapêutica. Estas funções, hoje por lei, podem ser exercidas por outros profissionais (caso de partos e indicação de medicamentos, que podem ser praticados por enfermeiros).

O segundo, o artigo 5º, indica que também são privativos dos médicos a direção e chefia de serviços de saúde. Como está colocando no texto, os mesmos podem tornar-se atribuição exclusiva de médicos, contrapondo a interdisciplinaridade necessária à gestão clínica.

— O atendimento à população será dificultado. Os enfermeiros, por exemplo, já efetuam tratamentos de doenças como tuberculose, parasitoses intestinais, sexualmente transmissíveis, entre outras, normatizados pelo Ministério da Saúde e respaldados pela Lei do Exercício Profissional — destaca a presidente do Sergs, Nelci Dias.

Para a diretora do Sindicato dos Farmacêuticos no Estado do Rio Grande do Sul, Célia Chaves, o Ato Médico tem uma visão "médico-centrada e hospitalocêntrica". De acordo com a diretora, a medida é contra a ideia de uma equipe de saúde multidisciplinar.

— Todos pedem mais saúde, mas isso não vai acontecer com apenas um profissional à frente de tudo — defende Célia Chaves.

O Sergs calcula que, somente no Estado, mais de 65 mil profissionais devam ser atingidos caso a medida vire lei.

Clipping

Conselho Federal de Psicologia

BOA INFORMAÇÃO

ATO MÉDICO

08/07/2013 17:45

[Veja a matéria no site de origem](#)

Dilma ouviu coro pedindo veto ao projeto de lei do 'Ato Médico'

A presidente Dilma Rousseff ouviu de secretários locais de saúde um forte coro de "Veta! Veta! Veta!" a respeito do projeto de lei do "Ato Médico", aprovado pelo Congresso em junho e encaminhado para sanção da Presidência.

O apelo foi feito na tarde desta segunda-feira (8), durante a cerimônia de lançamento do pacote de medidas para a saúde. Entre elas, a expansão do curso de medicina em dois anos e a abertura de vagas para médicos estrangeiros.

A presidente do CNS (Conselho Nacional de Saúde), Maria do Socorro de Souza, terminou sua fala pedindo que Dilma vetasse o projeto que estabelece atos privativos dos médicos. O projeto é rejeitado pela maior parte das demais profissões da saúde, que veem na proposta uma limitação a sua atuação.

"Veta, Dilma! Veta, Dilma! Veta, Dilma!", disse a presidente do CNS. Imediatamente o apelo foi reforçado pela plateia, formada por gestores locais da saúde. (Flávia Foreque, Johanna Nublat, Breno Costa, Tai Nalon)

Clipping Conselho Federal de Psicologia

PORTAL G1

ATO MÉDICO

06/07/2013 20:48

[Veja a matéria no site de origem](#)

Fisioterapeutas fazem protesto pelas ruas de Santos, SP

Categoria é contra artigo do projeto de lei Ato Médico.
Lei prevê que apenas médicos podem fazer diagnósticos.

Um grupo de fisioterapeutas e profissionais da saúde fez uma manifestação neste sábado (6) em Santos, no litoral de São Paulo. A categoria é contra um artigo do projeto de lei Ato Médico, que determina que apenas médicos podem fazer diagnósticos. O protesto começou na Praça Independência, no bairro Gonzaga, e depois seguiu pela Avenida Ana Costa.

O projeto de lei Ato Médico, na prática, dá exclusividade aos médicos no diagnóstico de pacientes. Até o dia 10 de julho, a presidente Dilma Rousseff deve sancionar ou vetar a proposta. "A nossa reivindicação aqui é a liberdade, a democracia. O paciente pode muito bem ligar e marcar consulta para uma avaliação e tratamento fisioterapêutico, porque o profissional foi capacitado, formado e pós-graduado. Têm profissionais aqui com mestrado, então não necessariamente o paciente precisa ser obrigado a passar por um médico antes", diz o fisioterapeuta Marçan Diniz da Silva.

Além da fisioterapia, outras categorias se juntaram ao protesto. "Psicologia, biomedicina e enfermagem, todas essas profissões são conhecidas como integrantes das equipes de saúde. Acesso direto aos serviços de todas as profissões, é isso que o movimento pede", explica Rivaldo Novaes Júnior, delegado do Conselho Regional de Fisioterapia.

Clipping Conselho Federal de Psicologia

CORREIO BRAZILIENSE

ATO MÉDICO

05/07/2013 14:33

[Veja a matéria no site de origem](#)

Profissionais da saúde ameaçam entrar em greve contra Ato Médico

Representantes de mais de 10 categorias que temem perder prerrogativas com a nova legislação pedem que a presidente vete o inciso 1º do artigo 4º da lei, que restringe ao médico o poder de diagnosticar e de prescrever medicamentos

Mais de 5 milhões de profissionais da área da saúde prometem parar se a presidente Dilma Rousseff sancionar o texto integral do projeto que regulamenta a medicina, conhecido como Ato Médico, aprovado pelo Congresso Nacional no mês passado. Representantes de mais de 10 categorias que temem perder prerrogativas com a nova legislação pedem que a presidente vete o inciso 1º do artigo 4º da lei, que restringe ao médico o poder de diagnosticar e de prescrever medicamentos. Eles alegam que o dispositivo interfere no exercício das demais profissões. Por outro lado, o Conselho Federal de Medicina (CFM) reforça que não existe a intenção de impedir a atuação dos demais profissionais de saúde.

Nessa quinta-feira (4/7), líderes classistas representando categorias como enfermagem, psicologia e nutrição se reuniram com assessores jurídicos da Casa Civil. Após o encontro, cerca de 400 pessoas se mobilizaram em um protesto que começou no Museu da República, no fim da tarde. Em passeata, o grupo seguiu para o Palácio do Planalto, com direito a uma parada em frente ao Ministério da Saúde. Os manifestantes prometiam permanecer na Praça dos Três Poderes até que a presidente os recebesse. O conselheiro do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), Amaury Gonzaga, que participou do encontro na Casa Civil, informou que foi criada uma comissão com representantes de seis categorias para dar suporte à Presidência. "Explicamos que, do jeito que o projeto está, não teremos como continuar atuando. Apresentamos nossa justificativa e disseram que vão analisar", relatou. A presidente tem até o dia 12 para sancionar (ou vetar integral ou parcialmente) a matéria.

Clipping Conselho Federal de Psicologia

JORNAL COLETIVO

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA | ATO MÉDICO

05/07/2013

[Veja a matéria no site de origem](#)

Protesto contra o ato médico

Enfermeiros, psicólogos, entre outros se manifestaram em frente ao Planalto

Redação Jornal Coletivo

Profissionais da saúde protestaram, ontem, em frente ao Palácio do Planalto. Cerca de 200 especialistas da área pediram veto da presidenta Dilma Rousseff ao projeto de lei conhecido como ato médico. No protesto, o grupo se reuniu no Museu da República por volta das 17h e seguiu pela Via S1 do Eixo Monumental em direção ao Congresso Nacional. Os manifestantes estavam com apitos, tambores e faixas com os dizeres "Se a Dilma não vetar, a saúde vai parar" e "O ato médico faz mal ao SUS". Eles pedem também um encontro com a presidenta.

A proposta lista vários procedimentos que poderão ser realizados exclusivamente por médicos. Pelo texto aprovado no Senado em 18 de junho, serão privativos dos formados em Medicina

atividades como diagnóstico de doenças, prescrição de medicamentos, cirurgias, internações, altas hospitalares, entre outros. Já na última quarta-feira, médicos foram até o Ministério da Saúde para protestar contra a "importação" de profissionais estrangeiros sem a realização da prova de revalidação. Eles defenderam o ato médico.

Ato médico – O presidente da Federação Nacional dos Médicos, Geraldo Ferreira Filho, disse que o ato médico é uma conquista da sociedade. "Em muitos lugares do Brasil estão fazendo uma saúde de brincadeira, usando mão de obra não médica para fazer atendimento que só compete ao médico", disse.

Clipping Conselho Federal de Psicologia

O TEMPO

ATO MÉDICO

05/07/2013 03:00

[Veja a matéria no site de origem](#)

Entidades de saúde vão às ruas na segunda contra 'Ato Médico'

Representantes de 13 categorias garantem ainda outra mobilização para o dia 11 de julho

LITZAMATTOS

A presidente Dilma Rousseff tem até a próxima sexta-feira para vetar, ou não, o Projeto de Lei Suplementar (PLS) nº 268/2002, que regulamenta a medicina – também conhecido como "Ato Médico". Temendo o impacto que a decisão possa trazer para outras 13 categorias da área da saúde, representantes das entidades que formam a Frente Mineira em Defesa da Saúde se reuniram ontem em Belo Horizonte e decidiram pela realização de duas manifestações – uma nesta segunda-feira e outra no dia 11 de julho.

O veto parcial do projeto de lei, em especial, do artigo 4º, que trata das atividades privativas do médico é uma das principais reivindicações das categorias, além do aspecto que diz respeito aos cargos de chefia que, pelo projeto, só poderiam ser ocupados por médicos.

"Em relação ao diagnóstico, todas as profissões têm leis que regulamentam o exercício e uma série de atribuições privativas, por exemplo, a prescrição de dietas que é privativo para o nutricionista. Se passado o projeto da forma como está, significa a não autonomia do nutricionista, porque isso seria privativo do médico. Assim como nutricionistas não têm como dizer que tipo tratamento psicológico uma pessoa precisa, um médico não tem esse conhecimento para fazer avaliação em todas as áreas", avalia a assessora técnica do Conselho Regional de Nutricionistas de Minas Gerais, Beatriz Carvalho.

Para Graziela Zanoni, membro-diretora do Sindicato dos Fonoaudiólogos de Minas Gerais, a preocupação também é em manter a autonomia profissional. "Hoje o que percebemos no dia a dia é que, muitas vezes, a troca de conhecimento é muito mais saudável. Já vencemos uma barreira, ainda com dificuldades históricas, de passarmos a receber, por exemplo, uma criança com deficiência auditiva que antes vinha aos 11 anos e que passou a começar o tratamento desde cedo por causa da presença do fonoaudiólogo na maternidade e pelo teste da orelhinha recém regulamentado como lei", afirma.

Segundo o diretor do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional de Minas Gerais, Anderson Luis Coelho, o projeto de lei supervaloriza os médicos. "Ele dá uma autonomia ampla, como se o médico pudesse fazer o mesmo tratamento e diagnóstico de todas as profissões", diz.

Nacional. O encontro das categorias faz parte do "Dia Unificado" – um encontro nacional que foi convocado pela Frente Nacional dos Conselhos anteontem em Brasília. O evento traz como temas

principais o Ato Médico, os 10% na saúde, acesso a saúde integral e multiprofissional e condições adequadas de trabalho.

Clipping Conselho Federal de Psicologia

DIÁRIO DO PARÁ

ATO MÉDICO

05/07/2013 07:14

[Veja a matéria no site de origem](#)

Protesto repudia lei que institui o ato médico

A marcha da saúde em Belém não chegou a sair do lugar, nem mesmo reuniu muitos profissionais. Ainda assim, a luta não perdeu a representatividade. A concentração da manifestação aconteceu em frente ao **CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA** (CRP), na avenida Generalíssimo Deodoro. A marcha foi um movimento nacional contra a já aprovada lei conhecida como Ato Médico. Se sancionada pela Presidente Dilma, a lei prevê que apenas médicos façam diagnósticos e emitam receitas.

São 11 os tipos de profissionais que manifestaram reprovação ao Ato Médico, aqueles com formação em biologia, biomedicina, educação física, enfermagem, farmácia, fisioterapia, fonoaudiologia, medicina veterinária, nutrição, odontologia, psicologia, serviço social e terapia ocupacional. "O Ato é uma reserva de mercado e garantia de empregabilidade para os médicos. Queremos que a Presidente vete o 4º e o 5º artigo", afirma Jureuda Guerra, conselheira do CRP.

O texto foi aprovado no último dia 18, pelo Senado e entre outras coisas prevê a regulamentação da profissão do médico, mas estabelece algumas ações como sendo privativas da categoria. O artigo 4º fala sobre ser função exclusiva de médicos diagnosticar, prescrever medicamentos e indicar cirurgias. Já o artigo 5º, também questionado pela classe, fala sobre ser privativo ao médico, a direção ou chefia de serviços médicos.

"Isso impossibilita inclusive a integralidade do SUS (Sistema Único de Saúde), onde até os enfermeiros têm atribuições como essas. Eu mesma como psicóloga não posso dar um atestado para um cliente, como se não tivesse capacidade técnica de perceber que ele precisa", comenta Cilene Alencar, também conselheira de psicologia.

Quem pede o veto de parte do ato, sustenta que ele limita as atividades de outros profissionais. "O ato traz uma dubiedade e pode recorrer a uma prática médica ilegal, pode-se entender até que enfermeiras não possam fazer um parto normal sem autorização médica, por exemplo. Além disso, é uma descaracterização do trabalho multiprofissional", comenta Jesiane Calderaro, também psicóloga.

Ainda que sem muitos profissionais, o ato simbólico aconteceu e esclareceu dúvidas sobre a lei. Para o enfermeiro André Queiroz, a aprovação completa do Ato é dar alguns passos para trás. "Eu sou contra porque entendo que é um retrocesso às conquistas das outras categorias que vão ficar

nas mãos de outros profissionais", declara.

Clipping Conselho Federal de Psicologia

JORNAL ATUAL

ATO MÉDICO

05/07/2013

[Veja a matéria no site de origem](#)

Não há acordo sobre Ato Médico

Médicos e demais profissionais de saúde não chegam a um consenso sobre a situação

Não houve acordo entre médicos e os demais profissionais da área de saúde a respeito do Ato Médico, como ficou conhecido o projeto de lei que regulamenta a medicina. Para médicos é uma vitória que a proposta tenha sido aprovada no Congresso, para as outras 13 categorias da área da saúde, um retrocesso.

Os profissionais não médicos pedem que a presidente vete alguns pontos da proposta. O principal ponto de divergência, do qual as 13 categorias da área de saúde não médicas discordam, é o Inciso 1º do Artigo 4º, que atribui exclusivamente aos médicos o diagnóstico de doenças, ponto que, para os médicos, é a essência da lei. "Se for aprovado o Ato Médico como está, quando você tiver querendo fazer uma reeducação alimentar, você vai primeiro ter que ir ao médico, antes de ir ao nutricionista, se tiver angustiado, vai ter que primeiro ir a um médico, em vez de ir a um psicólogo", disse Fernanda Magano, da **FEDERAÇÃO NACIONAL DE PSICOLOGIA**.

De acordo com Luiz Roberto d'Ávila, presidente do Conselho Federal de Medicina, a população sempre vai ter liberdade de ir ao profissional que quiser. "As pessoas que querem procurar um fisioterapeuta, não vai ter médico na porta do consultório do fisioterapeuta impedindo ou denunciando o profissional", disse d'Ávila,

Para Márcia Krempel, presidente do Conselho Federal de Enfermagem, a aprovação do Ato Médico na íntegra afeta principalmente a área de prevenção de muitos programas de saúde do governo. "Um dos incisos diz que todo procedimento abaixo da pele precisaria de prescrição médica, isso por analogia vai afetar a questão da vacina, então para vacinar você precisaria consultar um médico, caso o projeto seja aprovado", alertou a enfermeira.

Clipping Conselho Federal de Psicologia

JORNAL DA RECORD

ATO MÉDICO

04/07/2013 23:37

[Veja a matéria no site de origem](#)

Manifestantes protestam contra o Ato Médico em Brasília

A passeata ocupou duas faixas da Esplanada dos Ministérios em direção ao Palácio do Planalto. No caminho, os manifestantes deitaram em frente ao Ministério da Saúde.

PORTAL UAI - EM

ATO MÉDICO

04/07/2013 20:52

[Veja a matéria no site de origem](#)

Profissionais da saúde afirmam que Ato Médico irá burocratizar o SUS

Categorias são contra dois artigos do projeto de lei. Após reunião nesta tarde, eles planejam ações de protesto na cidade

Diante da polêmica em torno do Projeto de Lei Suplementar (PLS) nº 268/2002, também conhecido como Ato Médico, aprovado no Senado em 18 de junho, profissionais da área da saúde se reúnem, na tarde desta quinta-feira, em uma "Frente Mineira em Defesa da Saúde", no **CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA**, no Bairro Lourdes, na Região Centro-Sul de BH, para discutir o assunto. Eles reivindicam o veto de dois artigos do projeto de lei, que segundo eles, ferem o paradigma de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS).

A "Frente Mineira em Defesa da Saúde", composta por entidades, conselhos, sindicatos e profissionais da saúde, afirma que, dos 14 conselhos de classe, 13 se colocam contra alguns artigos do Ato Médico. O mais criticado é o item que transfere aos médicos atribuições de outras profissões, como psicólogos, nutricionistas, enfermeiros, entre outros. "Se isso não for vetado, apenas o médico terá o poder de diagnosticar e prescrever medicamentos e tudo o que os outros profissionais fizerem terá que passar pela autorização dos médicos, o que vai burocratizar o sistema de saúde e dificultar ainda mais o acesso à saúde", explica Beatriz Carvalho, assessora técnica do Conselho Regional de Nutricionistas de MG.

Ainda segundo Beatriz, outro artigo alvo de reclamações por parte dos profissionais é o que torna a chefia de serviços privativa do médico, levando a uma hierarquização que, segundo ela, vai contra os princípios do trabalho em equipe e multiprofissional. "O veto a esses itens não traz nenhum prejuízo para o exercício da medicina, mas se a lei for sancionada desta forma, trará muito prejuízo a outros profissionais e para a saúde como um todo", afirma.

Para a psicóloga Lourdes Machado, conselheira do **CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA** e integrante da Frente Mineira, a regulamentação da profissão do médico não é o problema, e sim a redação do texto. "O projeto de lei, da forma como está escrito agora, tenta dizer às outras profissões o que elas devem fazer. Somos contra alguns artigos que de fato prejudicam não só as categorias, mas também o funcionamento do SUS".

Além de discutir sobre o Ato Médico, o encontro desta tarde debateu outras pautas, como qualidade na saúde e condições de trabalho e a luta por 10% do PIB para a área da saúde. Após o encontro, as entidades vão se reunir em uma assembleia e planejar novas ações, como manifestações e passeatas.

Orientação ao público

A Frente Mineira em Defesa da Saúde pretende realizar uma blitz simbólica na próxima segunda-feira, na Avenida Alfredo Balena. "Queremos informar a população a respeito do Ato Médico, pois muitas pessoas não entendem o que é o projeto de lei", explica Lourdes. O grupo também fará uma nova concentração no dia 11, na Praça Tiradentes, na Região Centro-Sul da capital. A manifestação acontece um dia antes da data limite em que Dilma deve vetar ou sancionar a proposta.

Protestos

Em 21 de junho, em meio aos diversos protestos que tomaram às ruas da capital mineira, cerca de

80 pessoas, entre fisioterapeutas, psicólogos, enfermeiros, naturalistas e acupunturistas saíram da Praça da Liberdade e desceram a Avenida João Pinheiro, no Centro de BH, em direção à Praça Sete, na Avenida Afonso Pena. Com faixas e cartazes, eles exigiam o veto imediato do projeto de lei do Ato Médico.

Na Praça Sete, eles se uniram a outros manifestantes que seguiam em direção à Câmara Municipal de Belo Horizonte e somaram mais de 600 pessoas, segundo a Polícia Militar. A caminho da Câmara, eles fecharam os dois sentidos da Avenida Andradas.

Clipping Conselho Federal de Psicologia

NE 10

ATO MÉDICO

04/07/2013 22:25

[Veja a matéria no site de origem](#)

Profissionais da saúde fazem protesto pedindo que Dilma vete trechos do Ato Médico

Cerca de 300 profissionais de saúde de 13 categorias fizeram mais um protesto nesta quinta-feira (4) em Brasília pedindo que a presidenta Dilma Rousseff vete trechos do Projeto de Lei 268/02, que regulamenta a medicina. Para enfermeiros, fisioterapeutas, psicólogos, biomédicos e outras nove categorias, a aprovação da proposta na íntegra é um retrocesso para a saúde brasileira.

A categoria com maior número de manifestantes foi a de optometristas, profissionais que cuidam da saúde primária dos olhos e que atuam principalmente medindo o grau de óculos. De acordo com Vilmario Antonio Guitel, presidente do Conselho Regional de Óptica e Optometria de São Paulo, a profissão vai ser extinta caso a presidenta Dilma sancione o Ato Médico integralmente, pois o projeto diz que é ato privativo dos médicos a indicação de órteses, em que estão inclusos os óculos.

Em frente ao Congresso Nacional, 26 optometristas e estudantes de optometria estão acampados fazendo greve de fome desde ontem, pedindo o veto do projeto de lei.

Segundo Leonardo Reis, oftalmologista conselheiro do Conselho Federal de Medicina, os optometristas prescrevem óculos na clandestinidade. "Hoje a correção de grau é atribuição do oftalmologista", pontua. A profissão não tem regulamentação, porém o Ministério da Educação reconhece cursos de graduação em optometria.

Para os profissionais não médicos da saúde, a total sanção do projeto acarretaria em uma hierarquia no serviço de saúde, no qual ficariam todos os profissionais da saúde subordinados ao diagnóstico do médico. Para Pedro Maia, fisioterapeuta, a lei que regulamente as outras profissões ter as competências do profissional, enquanto o Ato Médico traz o que é privativo dos médicos é algo estranho. Para Roberto d'Ávila, presidente do Conselho Federal de Medicina, há um erro de interpretação e o cidadão é livre para escolher qual profissional vai atendê-lo.

A presidenta Dilma Rousseff tem até o dia 12 pra avaliar o projeto, mas o deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO) adiantou que a última palavra é da Câmara dos Deputados. "Ao veto da presidente cabe a derrubada do veto no Congresso, ela não dá a última palavra. Se ela vetar, nós derrubaremos o veto no momento que formos apreciá-lo", disse o deputado.

A manifestação saiu da Biblioteca Nacional pela Esplanada dos Ministérios rumo ao Palácio do

Planalto, com uma parada no Ministério da Saúde. Chegando ao Planalto, os profissionais queriam falar com a presidenta. Manuel Messias, da Secretaria-Geral da Presidência da República, garantiu que a presidenta vai atender a representantes das categorias até o dia 11.

Fonte: Agência Brasil

Clipping

Conselho Federal de Psicologia

PORTAL G1

ATO MÉDICO

04/07/2013 17:57

[Veja a matéria no site de origem](#)

Protesto de enfermeiros contra o ato médico interdita Agamenon, no Recife

Profissionais bloquearam subida do viaduto que dá acesso a Olinda. Categoria também cobra a implantação da carga horária de 30 horas.

Cerca de 30 enfermeiros e técnicos de enfermagem fecharam, na tarde desta quinta-feira (4), a subida do viaduto que dá acesso ao município de Olinda, nas proximidades do Shopping Tacaruna, em Santo Amaro, área central do Recife.

A categoria cobra a implantação da carga horária de 30 horas, piso salarial e veto ao ato médico, relatório de procedimentos que só poderão ser realizados por médicos formados. Pelo texto aprovado no Congresso Nacional, serão privativos dos formados em medicina atividades como diagnóstico de doenças, prescrição de medicamentos, cirurgias, internações, altas hospitalares, entre outros.

Ao governo estadual, os enfermeiros exigem realização de concurso público e equiparação salarial. O protesto durou mais de uma hora e, após negociação com a Polícia Militar, o tráfego de veículos foi liberado.

Apesar da desinterdição, a Companhia de Trânsito e Transporte Urbano (CTTU) da capital ainda registra retenção de veículos na avenida.

Clipping

Conselho Federal de Psicologia

ITRIBUNA |

SUS | ATO MÉDICO

03/07/2013 10:04

[Veja a matéria no site de origem](#)

Médicos fazem manifesto às 17 horas

Hoje os médicos de Campo Mourão e de outras 10 cidades paranaenses irão realizar manifestações em defesa da qualidade da saúde. Com o nome 'Vem pra rua pela saúde', o protesto quer chamar a atenção para os equívocos que envolvem as políticas públicas do setor, em especial o subfinanciamento do SUS, e ainda a defesa da regulamentação do ato médico, da implantação de plano de carreira médica e da revalidação dos diplomas obtidos no exterior - contra a proposta do governo federal de importar profissionais sem comprovação de habilidades técnicas e domínio do idioma local.

Em Campo Mourão a manifestação será em frente ao Edifício Antares, a partir das 17 horas. Os participantes deverão usar uma faixa preta no braço. Apesar da mobilização, não há paralisação dos serviços assistenciais, sobretudo nos de urgência e emergência.

De acordo com o Conselho Regional de Medicina (CRM), o problema no Brasil não é a falta de médicos. Eles relatam que hoje há mais de 200 escolas médicas, liderando no mundo a proporção habitantes/escolas. Além disso, são formados 17 mil médicos por ano, número que deve crescer até 40% nos próximos quatro anos. O Paraná tem 13 cursos de Medicina, com mais de 1.000 alunos ingressantes.

Os investimentos públicos em saúde hoje só representam 44% do total, quase a metade do que era antes da implantação do SUS. Foram fechados 41.713 leitos do SUS no período de 2005 a 2012. Foram reprovados 92% dos graduados no exterior que tentaram revalidar seus diplomas para atuar no Brasil.

Clipping

Conselho Federal de Psicologia

O PROGRESSO ONLINE - MS |

ATO MÉDICO

03/07/2013 08:20

[Veja a matéria no site de origem](#)

Enfermagem protesta por piso salarial e jornada de 30 horas

Profissionais da enfermagem iniciaram onda de protestos e manifestações em prol da criação do piso salarial da categoria e redução da jornada de trabalho para 30 horas. Hoje, sem nenhuma regulamentação, os profissionais chegam a trabalhar até 44 horas semanais, período considerado exaustivo pela categoria.

Esta semana o grupo fez manifestação na Praça Antônio João e no semáforo da Avenida Marcelino Pires em apoio as manifestações que acontecem a nível nacional. Com faixas, cartazes, e apitaços, a categoria mostrou a indignação sobre a falta de condições de trabalho. Eles voltam as ruas no próximo dia 9 a partir das 18h na Praça Antônio João.

De acordo com o técnico de enfermagem Lindomar Freitas, apesar de uma luta nacional, a categoria vai iniciar grande mobilização da classe política de Dourados para buscar a criação de uma lei municipal garantindo o direito dos trabalhadores da enfermagem.

Segundo ele, o primeiro passo é o uso da Tribuna Livre na próxima terça-feira, quando o grupo sai em protesto da Praça até a Câmara. "Nosso objetivo é sensibilizar nossos agentes políticos para que tornem lei o que é direito da categoria. Dourados poderá servir de exemplo para todo o Brasil", destaca.

Segundo ele, Dourados conta hoje com 2 mil profissionais que atendem a demanda de pacientes de 34 municípios. "A enfermagem é uma das únicas profissões que atua 365 dias por ano; 24 horas por dia no cuidado com o paciente. Se os enfermeiros de todo o Brasil paralisassem as atividades por 1 hora o país entraria em colapso na Saúde. Isto porque quem faria as atividades necessárias para a recuperação do paciente?", indaga, destacando a importância da profissão.

Ele diz que a nível nacional a categoria reivindica piso de R\$ 4,6 mil para o enfermeiro, R\$ 3,2 mil para o técnico de enfermagem e R\$ 2,3 mil para os auxiliares. O Projeto de Lei está no Congresso há 13 anos para ser votado. Enquanto isso, em Dourados, a categoria é remunerada com salários entre R\$ 1,2 mil e R\$ 1,4 mil na rede municipal. "O profissional que cumpre a mesma atividade na esfera federal chega a ganhar R\$ 5 mil de salário. São 4 patamares diferentes de remuneração, o

que motiva a regulamentação municipal", destaca.

O grupo também pede o veto da presidente Dilma Rousseff para o projeto de lei do Ato Médico, que segundo a categoria, fere a autonomia das demais profissões de saúde e inviabiliza todos os Programas de Saúde Pública. O artigo mais polêmico do Projeto é o 4º que define as atividades privativas do médico. Entre elas está a "formulação de diagnóstico nosológico e respectiva prescrição terapêutica".

A nível nacional os enfermeiros se mobilizam através do site www.enfermagem30horas.org.

Clipping

Conselho Federal de Psicologia

DIÁRIO DA MANHÃ - GO | CIDADES

ATO MÉDICO

03/07/2013

Médicos contra estrangeiros

O Brasil inteiro terá nas ruas o manifesto da cor branca dos jalecos de profissionais da saúde e educação, pelo Brasil, hoje

O Gigante realmente acordou e, ao que parece, não quer retornar ao berço esplêndido. As manifestações continuam a acontecer por todas as unidades da Federação, até mesmo em pequenos municípios, como em Pimenteiras, uma pequena cidade rondoniense às margens do Rio Guaporé com pouco mais de 2.300 habitantes. Todas as classes sociais e profissionais aderiram à onda de protesto cobrando desde redução dos preços de passagens no transporte coletivo urbano a não aprovação da PEC-37 e pela reforma política no País.

Hoje, as manifestações, que há duas semanas mobilizam o Brasil, terão uma cor principal: o branco dos jalecos. Médicos, professores, residentes e estudantes de medicina, juntamente com toda a sociedade estarão participando de protestos contra o baixo investimento do governo brasileiro na saúde pública, em oposição à "importação de médicos estrangeiros" sem a revalidação de diplomas, pela adoção de medidas que permitam o exercício da medicina e a qualificação da assistência e pela sanção, sem vetos, do Ato Médico.

Os médicos goianos também estarão, hoje, em passeata pelas principais vias de Goiânia. Vestindo roupas brancas, os goianos se reunirão às 15h30 na porta do Conselho Regional de Medicina (Cremego), no Setor Bueno e seguirão em passeata pelas avenidas T-7, Assis Chateaubriand, República do Líbano e Anhanguera até o Hospital Geral de Goiânia (HGG) Dr. Alberto Rassi, no Setor Oeste. O protesto deve reunir médicos, acadêmicos de medicina, diretores das entidades médicas e pessoas que apoiam as reivindicações da classe médica. A organização, no Estado, é do Cremego, Associação Médica de Goiás (AMG) e o Sindicato dos Médicos no Estado de Goiás (Simego).

A decisão de realizar a passeata foi aprovada na última quarta-feira (26), durante reunião do Comitê das Entidades Médicas de Goiás (Cemeg), formado pelo Cremego, AMG e Simego. Participaram da reunião, diretores das entidades e médicos das redes pública e privada.

O presidente do Cremego, médico Salomão Rodrigues Filho, garante que a entidade não tem idéia de quantos médicos estrangeiros seriam escalados pelo Ministério da Saúde para trabalhar em Goiás. Segundo ele, "o Governo Federal não diz coisa com coisa e tem variado muito quanto ao número de profissionais viriam para o Brasil. No início falaram em seis mil, depois em três mil e agora ninguém sabe. Já se falou, inclusive, que não seriam apenas cubanos, no entanto agora só falam neles. Ora, no Brasil um médico passa seis anos em uma faculdade e, depois de formado, mais três em residência médica e se desejar fazer alguma especialização, tem que ficar outro longo tempo, enquanto que lá (Cuba) eles se formam com três anos de faculdade e já estão no

mercado de trabalho", diz ele.

Cada local, segundo o Conselho Federal de Medicina (CFM), terá uma forma específica de mobilização (veja quadro nesta página), mas, no geral, os médicos farão atos públicos e passeatas, além de assembleias. O protesto, que inclui a suspensão do atendimento eletivo na rede pública em alguns municípios, não afetará os atendimentos de urgência e emergência. A organização das atividades está a cargo das entidades médicas regionais. O CFM, a Associação Médica Brasileira (AMB), Associação Nacional de Médicos Residentes (ANMR) e a Federação Nacional dos Médicos (Fenam) apoiam o movimento.

Os organizadores pretendem mostrar, de forma pacífica, os pleitos da categoria. As entidades argumentam que as medidas anunciadas recentemente pelo governo são inócuas e paliativas, pois não oferecem soluções de longo prazo. Também mostram que o principal problema, o baixo investimento estatal em Saúde, continuará sem solução. No Brasil, o Estado responde por 44% dos gastos em Saúde, quando em países com sistemas universais como o brasileiro, esse gasto gira em torno de 80%.

Veja como será a mobilização nos estados:

Goiás

Às 15h30, haverá, em Goiânia, concentração na sede do Cremego (Rua T-27, nº 148, Setor Bueno - entrada de eventos). Em seguida, o grupo sairá em passeata pelas ruas de Goiânia.

Acre

Em Rio Branco haverá, às 16h, concentração em frente à Assembleia Legislativa do Estado. De lá, os médicos e estudantes sairão em caminhada pelo centro da cidade. O protesto, que inclui a suspensão do atendimento eletivo na rede pública por até 24 horas, não afetará os atendimentos de urgência e emergência.

Amazonas

Em Manaus, as lideranças médicas concederão entrevista coletiva à imprensa, às 14 horas, na sede do CRM-AM. A partir das 15h, médicos e estudantes realizarão um ato público no Largo São Sebastião, no centro da capital.

Alagoas

As atividades, em Maceió, começarão às 7h30, com oficina de cartazes e faixas na sede do Conselho Regional de Medicina de Alagoas (Cremal). Em seguida, às 8h, haverá concentração na sede do Cremal, seguida de coletiva de imprensa. O ato público, na frente da entidade, começará às 9h. Os manifestantes seguirão em caminhada pela Avenida Fernandes Lima até a Praça dos Martírios.

Amapá

A concentração, em Macapá, será a partir das 9h em frente ao CRM-AP (na Av. Feliciano Coelho, 1060, no Bairro do Trem). No local, serão distribuídos panfletos com as reivindicações.

Bahia

Médicos e estudantes (vestidos de jalecos brancos) se concentrarão, às 15h, no Campo Grande. De lá, sairão em caminhada até a Praça Castro Alves.

Ceará

A partir das 9h, médicos e estudantes (vestidos de jalecos brancos) se concentrarão na Assembleia Legislativa do Estado, em Fortaleza. Às 15h30, os manifestantes se reunirão em frente Palácio da Abolição e, em seguida, caminharão até o Jardim Japonês, na Avenida Beira-Mar.

Distrito Federal

Em Brasília, a concentração será a partir das 17h, em frente ao Ministério da Saúde, na Esplanada dos Ministérios. Em seguida, os manifestantes seguirão até o Palácio do Planalto.

Espírito Santo

Em Vitória, a partir das 9h, haverá uma visita das entidades médicas estaduais ao Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes (Hucam). Às 17h, após coletiva de imprensa, haverá concentração dos médicos, Centros Acadêmicos e Estudantes de Medicina na sede do CRM-ES.

Maranhão

Em São Luís, a concentração será na Praça Deodoro, às 9h. De lá, médicos e estudantes sairão em caminhada pelo centro da cidade até a Praça João Lisboa.

Mato Grosso

Em Cuiabá, o protesto deve iniciar ao meio dia, com a paralisação de todo atendimento eletivo. A partir das 14h haverá uma concentração em frente à sede do CRM-MT. Em seguida, os manifestantes irão até a Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso, concluindo a manifestação na Assembleia Legislativa.

Mato Grosso do Sul

Às 8h haverá, em Campo Grande, uma coletiva de imprensa, na sede do Sinmed-MS. Em seguida, às 9h, será protocolado documento nas sedes do governo do Estado, da prefeitura de Campo Grande e no Ministério Público mostrando as razões e reivindicações da classe médica. A partir das 16h, será realizada uma manifestação em frente ao prédio da representação do Ministério da Saúde em Mato Grosso (Rua Jornalista Belizário Lima).

Minas Gerais

Na capital mineira, a concentração começará às 16h, em frente à sede do CRMMG (Avenida Afonso Pena, 1500 - Centro, Belo Horizonte). Os manifestantes farão uma marcha pela área hospitalar. Às 19h, haverá uma assembleia na sede da Associação Médica de Minas Gerais (Avenida João Pinheiro, 161 - Centro).

Pará

Haverá, a partir das 8h, concentração em frente à Santa Casa de Misericórdia, em Belém. De lá, o grupo seguirá em caminhada, passando em frente ao PSM e ao Centro Integrado de Governo. O ato terminará diante da Secretaria Estadual de Saúde.

Paraíba

Em João Pessoa, a concentração do protesto será em frente à sede do CRM-PB (Av. Dom Pedro II, 1335 - Centro), a partir de 9h.

Paraná

Em Curitiba, haverá passeata. A concentração será na Boca Maldita, a partir de 10h. De lá, o grupo seguirá em caminhada pela Rua das Flores até a Praça Santos Andrade (em frente à Universidade Federal do Paraná).

Pernambuco

As atividades começarão em Recife, a partir das 10h, com uma coletiva de imprensa das entidades médicas. Às 14h, haverá uma concentração na Praça do Derby. Na ocasião, médicos doarão sangue para o Hemope, no Memorial da Medicina. Às 16h, os médicos farão caminhada pela Avenida Agamenon Magalhães (sentido HR), passando pelo Parque Amorim e retornando pela Agamenon Magalhães para a Praça do Derby.

Piauí

Em Teresina, a concentração em frente à sede do Conselho Regional de Medicina do Piauí (Rua Goiás, Bairro Ilhotas) começará às 8h. De lá, os manifestantes partirão em caminhada pelos principais hospitais públicos e privados da cidade, retornando ao CRM-PI, onde acontecerá uma assembleia geral.

Rio de Janeiro

Os médicos cariocas farão, a partir das 10h, uma concentração na Cinelândia, onde será realizado ato público.

Rio Grande do Norte

A partir das 10h haverá uma concentração em frente à sede da Associação Médica (Avenida Hermes da Fonseca - Tirol). De lá, os manifestantes seguirão até Hospital Walfredo Gurgel. Às 19h, está marcada uma assembleia no auditório do Sinmed-RN.

Rio Grande do Sul

Em Porto Alegre, a concentração, a partir das 16h, será em frente ao Hospital Beneficência Portuguesa. De lá, os manifestantes seguirão até o Palácio Piratini.

Rondônia

Concentração, a partir das 10h, em frente à sede do Conselho Regional de Medicina de Rondônia, em Porto Velho. Ontem, aconteceu uma assembleia no Sindicato dos Médicos.

Roraima

Às 18h haverá concentração dos médicos em frente ao Portal do Milênio, em Boa Vista.

Santa Catarina

A concentração, a partir das 10h, será na Esquina Democrática, no centro de Florianópolis (entre as ruas Felipe Schmidt e Trajano).

São Paulo

O ponto de encontro da manifestação, a partir das 16h, será na Associação Médica Brasileira (AMB), na Rua São Carlos do Pinhal, 324. De lá, os manifestantes sairão em passeata rumo ao

gabinete de representação da presidência da República, na Avenida Paulista, 2163.

Sergipe

Em Aracaju, as atividades começarão às 8h, com uma entrevista coletiva dos presidentes das entidades médicas locais (Somese, Cremese, Sindimed e Academia). Às 9h, haverá concentração dos médicos na sede do Cremese, seguida de caminhada até a Secretaria Estadual de Saúde.

Tocantins

As atividades começarão às 8h com um abraço simbólico do Hospital Geral de Palmas. Na sequência, está prevista caminhada até a Praça dos Girassóis. Com: AsCom/CFM/Cremego)

Clipping

Conselho Federal de Psicologia

EBAND |

ATO MÉDICO

03/07/2013 12:38

[Imagem 1](#)

[Veja a matéria no site de origem](#)

Médicos participam de manifestações pelo país

Médicos de várias cidades do país foram às ruas, nesta quarta-feira, protestar contra o ato médico, um projeto de lei que pretende trazer profissionais estrangeiros da saúde para atender a regiões carentes, no interior do país.

Usando nariz de palhaço e segurando cartazes que pediam mais qualidade para a saúde pública, os manifestantes se reuniram em cidades como o Rio de Janeiro, Belém, Teresina, Florianópolis e Curitiba.

Na capital carioca, **os manifestantes se encontraram por volta das 10h na Cinelândia**, e pretendiam ir em direção ao prédio do ministério da saúde e até a alerj. Policiais militares acompanham o protesto que por enquanto segue pacífico.

Em Curitiba, cerca de 300 médicos estão nas ruas desde às 10h, quando teve o início o protesto na Boca Maldita, no Centro da cidade. A expectativa é de que 750 pessoas compareçam ao ato, que já havia sido realizado no último dia 25 de maio e envolveu mais de mil pessoas.

Os estados do Acre, Amapá, Mato Grosso, Minas Gerais e Sergipe e o Distrito Federal paralizaram o atendimento ambulatorial, atendendo apenas os casos de urgência e emergência.

Diversas entidades ligadas à categoria criticaram a vinda dos médicos para o Brasil sem a revalidação do diploma pelo Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos, o Revalida.

Clipping

Conselho Federal de Psicologia

O GLOBO ONLINE |

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA | PSICOLOGIA | ATO MÉDICO

03/07/2013 13:16

[Veja a matéria no site de origem](#)

Entidades de enfermagem criticam 'ato médico'

BRASÍLIA - As entidades que representam os enfermeiros criticaram nesta quarta-feira o projeto de lei conhecido como ato médico, aprovado no mês passado pelo Senado. A norma - que ainda precisa ser sancionada pela presidente Dilma Rousseff - restringe aos médicos atos como a prescrição de medicamentos e o diagnóstico de doenças. Enfermeiros e outros profissionais da

saúde são contrários ao texto.

A carta é assinada pelo Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), pela Associação Brasileira de Enfermagem (Aben) e pela Federação Nacional dos Enfermeiros (FNE). Para essas entidades, o projeto de lei tem alguns aspectos que cerceiam as práticas de saúde consagradamente realizadas por profissionais da área que não sejam médicos. Isso afetaria em especial a atenção básica, a Rede Cegonha (de atendimento às gestantes), o Samu e a atenção na média e alta complexidade.

As entidades dizem que é legítimo regulamentar o exercício da medicina, mas que "é importante que tal regulamentação não interfira em programas de saúde pública historicamente consolidados e que tem garantido a melhoria dos indicadores de saúde em todas as faixas etárias e estratos sociais da população".

Representantes dos profissionais de saúde têm reunião marcada na tarde desta quarta-feira com o ministro da Saúde, Alexandre Padilha. Participam os presidentes dos conselhos federais de fiscalização de exercício profissional da área da saúde, como o Cofen, o **CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA** e o Conselho Federal de Medicina (CFM). O CFM é favorável ao texto aprovado pelo Congresso.

O Ministério da Saúde informou que não vai se manifestar sobre o assunto. A reunião de hoje vai servir justamente para ouvir as entidades, e, com base nisso, avaliar se propõe vetos ao texto.

Clipping

Conselho Federal de Psicologia

PORTAL VERMELHO

ATO MÉDICO

03/07/2013 13:16

[Veja a matéria no site de origem](#)

A Lei do Ato Médico é mais proteção para a saúde do povo

Fatima Oliveira

"A Lei do Ato Médico, como outras regulamentações de um campo profissional, impede, proíbe e criminaliza é a promiscuidade no agir profissional, configurada numa palavra que fala por si: charlatanismo. O respeito irrestrito à saúde e à vida humana não pode passar ao largo da área de competência científica, técnica e ética de cada profissão que compõe os recursos humanos do setor de saúde".

O trecho acima foi extraído de "Não há mistério; desde sempre, o ato médico é o fazer médico", de minha autoria (O TEMPO, 8.12.2009), no qual digo também que: "O senso comum jamais confunde o ato médico, pois as fronteiras da medicina – alcances e limites –, além de nitidez, gozam de reconhecimento público. À pergunta sobre o que acho do ato médico, mordo a língua e indago: 'Quando você adoece e vai se consultar, quem procura?'. A resposta é única: o médico. Arremato: 'Para quê?'. A resposta é sempre igual: 'Pra dizer o que tenho, e passar remédio'. Quem sabe qual é o papel do médico sabe o que é o ato médico! Não é segredo, desde os primórdios da medicina científica, que o ato médico é aquele privativo do fazer médico e que diagnóstico médico e prescrição médica são prerrogativas de quem se graduou em medicina".

Segundo Lígia Formenti: "O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, afirmou ontem que o governo vai analisar com muito cuidado o texto do Projeto de Lei do Ato Médico, aprovado anteontem no Senado. Ele argumentou que a proposta foi bastante modificada ao longo dos 11 anos de tramitação. 'É importante valorizar a profissão médica e garantir a proteção para pacientes, mas é muito importante manter o conceito de equipes multiprofissionais'" ("O Estado de S. Paulo",

20.6.2013).

As demais profissões
da área de saúde
possuem suas
regulamentações,
o esperado é que
saibam suas
competências.

A dúvida sobre qual é o conceito de equipe multiprofissional pelo qual se rege o ministro. Em meu entendimento, uma equipe multiprofissional não é igual à usurpação de competência técnica. Como disse o presidente do Conselho Federal de Medicina, Luiz Roberto d'Ávila, é "Cada um no seu quadrado". As poliqueixas contra a Lei do Ato Médico são dirigidas ao Artigo 4º, que enumera as atividades privativas do médico. As demais profissões da área de saúde possuem suas regulamentações, o esperado é que saibam suas competências. Além disso, quem não sendo médico quer executar tarefas médicas deveria ter feito medicina. Não fez? Um abraço! O argumento falacioso que a Lei do Ato Médico estabelece uma hierarquia entre os que pensam e os que executam é risível, pois quem se preparou na escola para dar diagnósticos e prescrever tratamentos médicos foi o médico. Qual a dúvida? Ai que canseira...

Sobre o tema que preocupa o ministro, que é o mantra de quem é contra a Lei do Ato Médico, escrevi: "Aventam que o ato médico desmonta a lógica do SUS e o trabalho em equipe! Como um modelo de assistência à saúde focado nas doenças, com vistas a diagnosticá-las e a tratá-las, prescinde do único profissional que diagnostica; prescreve, de medicamentos a procedimentos; interna e dá alta em hospitais; declara e emite atestado de óbito? A lógica do SUS é que não há SUS sem médico. Como um marco legal escrito da prática médica existente destruiria o trabalho em equipe multi, inter ou transdisciplinar se o que caracteriza essas equipes é a riqueza que cada profissional aporta, através de saberes e habilidades técnicas e científicas específicas e diferenciadas?".

Sanciona, Dilma, não se deixe enganar! Estou cansada de sofrer com tantos falsos brilhantes que fazem você engolir no tema saúde.

Clipping

Conselho Federal de Psicologia

O GLOBO

ATO MÉDICO

03/07/2013 14:06

[Veja a matéria no site de origem](#)

Entidades de enfermagem criticam 'ato médico'

Projeto aprovado pelo Congresso restringe a médicos procedimentos como a prescrição de medicamentos e o diagnóstico de doenças

ANDRÉ DE SOUZA

BRASÍLIA - As entidades que representam os enfermeiros criticaram nesta quarta-feira o projeto de lei conhecido como ato médico, aprovado no mês passado pelo Senado. A norma - que ainda precisa ser sancionada pela presidente Dilma Rousseff - restringe aos médicos atos como a prescrição de medicamentos e o diagnóstico de doenças. Enfermeiros e outros profissionais da saúde são contrários ao texto.

A carta é assinada pelo Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), pela Associação Brasileira de Enfermagem (Aben) e pela Federação Nacional dos Enfermeiros (FNE). Para essas entidades, o projeto de lei tem alguns aspectos que cerceiam as práticas de saúde consagradamente realizadas por profissionais da área que não sejam médicos. Isso afetaria em especial a atenção

básica, a Rede Cegonha (de atendimento às gestantes), o Samu e a atenção de média e alta complexidade.

As entidades dizem que é legítimo regulamentar o exercício da medicina, mas que "é importante que tal regulamentação não interfira em programas de saúde pública historicamente consolidados e que têm garantido a melhoria dos indicadores de saúde em todas as faixas etárias e estratos sociais da população".

Representantes dos profissionais da saúde têm reunião marcada na tarde desta quarta-feira com o titular da pasta, ministro Alexandre Padilha. Participam os presidentes dos conselhos federais de fiscalização do exercício profissional da área da saúde, como o Cofen, o **CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA** e o Conselho Federal de Medicina (CFM). O CFM é favorável ao texto aprovado pelo Congresso.

O Ministério da Saúde informou que não vai se manifestar sobre o assunto. A reunião de hoje vai servir para ouvir as entidades, e, com base nisso, avaliar se propõe vetos ao texto.

Clipping

Conselho Federal de Psicologia

G1 RIO |

SUS | ATO MÉDICO

03/07/2013 10:24

[Veja a matéria no site de origem](#)

Médicos paralisam atividades e fazem ato no Rio

Médicos do Rio paralisaram as suas atividades eletivas nesta quarta-feira (3) para o protesto "Vem para a saúde, vem", que começou às 10h na Cinelândia, no Centro do Rio. De acordo com o presidente do sindicato dos médicos do Rio, Jorge Darze, essa atividade faz parte de uma agenda nacional da categoria.

"Essa manifestação é uma resposta ao Governo pelo desleixo como tem sido tratada a saúde pública do Brasil. O Rio é hors concours [fora de competição] na incompetência na gestão da saúde pública. Já foi premiado com informações da pior assistência do SUS. É um verdadeiro genocídio, a omissão do poder público tem gerado inúmeras mortes que poderiam ser evitadas. Para mim isso é genocídio", declarou o ginecologista e obstetra, Darze.

De acordo com o médico, o Rio tem a maior rede pública do Brasil, no entanto, isso não é suficiente para garantir a assistência. O manifesto, segundo Darze, denuncia "a farsa da importação de médicos estrangeiros para resolver a questão da saúde". A importação de médicos é estudada pelo Governo federal para aumentar a rede de atendimento básico.

"Não somos contra a vinda deles, mas contra o governo deixar de fazer o teste de validação dos diplomas. Isso é absolutamente ilegal", afirmou o médico que acrescentou que a falta de carreira médica é outro ponto levantado pelos profissionais durante o ato.

"Falta carreira para os médicos no sistema público de saúde. Não há incentivo para esses profissionais permanecerem na rede", acrescentou o ginecologista. "A terceira reivindicação seria a remuneração, um piso nacional salarial, estabelecido pela federação nacional dos médicos, e carga de 20 horas semanais porque há uma lei estabelecendo a carga horária", garantiu.

Ainda segundo informou Darze, o concurso público, o fim da entrega das unidades públicas ao setor privado, o investimento na residência médica e a qualidade do ensino médico também estão na pauta da manifestação que acontecerá, segundo ele, em todo o Brasil, em diferentes horários.

Clipping

Conselho Federal de Psicologia

O IMPARCIAL - MA | URBANO

ATO MÉDICO

02/07/2013

[Veja a matéria no site de origem](#)

Médicos de hospitais públicos e privados paralisam nesta quarta-feira

Gildean Farias

Publicação: 02/07/2013 23:43

Quem tem consulta marcada ou quem procurar atendimento médico nos hospitais públicos e privados de São Luís durante a manhã de hoje, vai se deparar com a falta dos profissionais. O atendimento nas unidades de saúde ocorrerá apenas para casos de urgência e emergência.

A ausência dos médicos se dará por conta de um protesto da categoria que tem como principal reivindicação o posicionamento contrário a proposta do Governo Federal de trazer estrangeiros para suprir a falta de profissionais em algumas regiões do país. A outra pauta da manifestação será a favor da assinatura dos Projeto de Lei do Senado (PLS) 268/2002 e do Projeto de Lei (PL) 7703/2006, o chamado "Ato Médico", que visa a regulamentação do trabalho do médico que, embora seja uma profissão milenar, não possui na legislação brasileira uma enumeração de suas atribuições.

De acordo com o presidente do Conselho Regional de Medicina do Maranhão (CRM-MA), Abdon Murad, disse que cerca de 350 médicos são esperados para participar da manifestação, que tem concentração marcada para às 9h em frente a Biblioteca Benedito Leite, no Centro de São Luís. De lá, a categoria deve seguir até a Praça João Lisboa, onde o ato será encerrado. Durante toda a caminhada, os médicos distribuirão panfletos explicativos sobre as duas pautas de reivindicações do protesto.

Para Abdon Murad, a importação de médicos de outros países para o Brasil e a sua contratação sem concurso público, prejudica tanto a classe médica brasileira, quanto a população do país.

Clipping

Conselho Federal de Psicologia

YAHOO NOTÍCIAS

HOMOSSEXUALIDADE

02/07/2013

[Veja a matéria no site de origem](#)

Profissionais de saúde protestam na quarta-feira e planejam paralisação nacional

Agência O Globo

BRASÍLIA - As entidades que representam profissionais de saúde preparam uma manifestação para quarta-feira, em Brasília, na Esplanada dos Ministérios, e em outras capitais. A mobilização foi convocada pelas entidades que representam profissionais de saúde para pedir melhores condições de trabalho, mais infraestrutura na área e protestar contra a importação de médicos de outros países. Alguns grupos ainda se manifestam contra o projeto do Ato Médico, texto aprovado pelo Senado que regulamenta a atividade médica, restringindo à categoria atos como a prescrição de medicamentos e o diagnóstico de doenças, o que afeta diretamente os psicólogos,

fisioterapeutas, nutricionistas e farmacêuticos.

A Associação Médica de Brasília (AMBr) convocou os médicos para a manifestação e anunciou uma paralisação nacional para amanhã, "em defesa do SUS e por melhores condições de trabalho e de atendimento" e também em protesto a atração de médicos estrangeiros. Segundo a entidade, a mobilização é uma iniciativa da Associação Médica Brasileira (AMB), da Associação Nacional de Médicos Residentes (ANMR), do Conselho Federal de Medicina (CFM) e da Federação Nacional dos Médicos (Fenam).

Representantes dos profissionais de saúde têm reunião marcada para as 14h30 de amanhã, com o ministro da Saúde, Alexandre Padilha. Participam os presidentes dos Conselhos Federais de Fiscalização de Exercício Profissional da área da saúde. O **CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA** (CFP) irá conceder entrevista após o encontro, às 17h.

"Após serem recebidas pela Casa Civil e Secretaria Geral da Presidência, na última quinta-feira, instituições que regulamentam as profissões da área da saúde, bem como aquelas de representação sindical dos trabalhadores da área, divulgam posição oficial sobre o Ato Médico. O intuito é esclarecer a sociedade brasileira sobre os impactos negativos na saúde da população com a homologação do Projeto de Lei", afirma o CFP em nota divulgada nesta terça-feira.

A categoria também divulgou que planeja fazer no dia 4 de julho, quinta-feira, o "Dia unificado de luta pela saúde", com manifestações marcadas para todo o país às 17h. Segundo o CFM, o ato pede veto da presidente ao Ato Médico; 10% do Orçamento da União para a saúde; Acesso à saúde integral e multiprofissional; e condições adequadas de trabalho.

Clipping

Conselho Federal de Psicologia

TERRA |

SUS | ATO MÉDICO

01/07/2013 13:28

[Veja a matéria no site de origem](#)

Enfermeiros protestam no vão livre do Masp contra o Ato Médico - Terra Brasil

Um pequeno grupo de enfermeiros realizou um protesto na manhã desta segunda-feira no vão livre do Museu de Arte de São Paulo (Masp), na avenida Paulista, contra o Ato Médico e pelas 30 horas de trabalho da categoria. De acordo com a Polícia Militar, não houve distúrbios e registros de incidentes.

Em carta aberta à sociedade, o Conselho Federal de Enfermagem disse estar preocupado "com o impacto social que a aprovação da Lei intitulada "Ato Médico" trará, caso ocorra a sanção presidencial." "Há que se ressaltar que o Ato Médico - se sancionado na sua integralidade - acarretará situações conflitivas para os enfermeiros e, conseqüentemente, o engessamento do Sistema Único de Saúde. O enfermeiro planeja, organiza, coordena, executa e faz avaliação tanto da estratégia, como da cobertura vacinal e taxa de abandono, o que possibilita perceber a realidade, avaliar os caminhos, construir um referencial futuro, estruturando o trâmite adequado, além de ser capaz de reavaliar todo o processo", afirmou o conselho.

"Podemos resumir que o impacto do Ato Médico desrespeita os avanços conseguidos na perspectiva dos princípios da integralidade, principalmente na atenção básica, com a constituição das Equipes de Saúde da Família, que trabalham de forma multiprofissional e horizontal na organização do processo de trabalho. E também fere a autonomia do Enfermeiro ao criar o verticalismo nas ações e atividades, que passariam a depender de prescrição médica, desconsiderando os avanços na prática, no conhecimento e na tecnologia já normatizada pelo SUS", completou o órgão.

Mobilizados contra o aumento das tarifas de transporte público nas grandes cidades brasileiras, grupos de ativistas organizaram protestos para pedir a redução dos preços e maior qualidade dos

serviços públicos prestados à população. Estes atos ganharam corpo e expressão nacional, dilatando-se gradualmente em uma onda de protestos e levando dezenas de milhares de pessoas às ruas com uma agenda de reivindicações ampla e com um significado ainda não plenamente compreendido.

A mobilização começou em Porto Alegre, quando, entre março e abril, milhares de manifestantes agruparam-se em frente à Prefeitura para protestar contra o recente aumento do preço das passagens de ônibus; a mobilização surtiu efeito, e o aumento foi temporariamente revogado. Poucos meses depois, o mesmo movimento se gestou em São Paulo, onde sucessivas mobilizações atraíram milhares às ruas; **o maior episódio ocorreu no dia 13 de junho, quando um imenso ato público acabou em violentos confrontos com a polícia.**

O grandeza do protesto e a violência dos confrontos expandiu a pauta para todo o País. Foi assim que, no dia 17 de junho, o Brasil viveu o que foi visto como **uma das maiores jornadas populares dos últimos 20 anos.** Motivados contra os aumentos do preço dos transportes, mas também já inflamados por diversas outras bandeiras, tais como a realização da Copa do Mundo de 2014, a nação viveu uma noite de mobilização e confrontos em **São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Salvador, Fortaleza, Porto Alegre e Brasília.**

A onda de protestos mobiliza o debate do País e levanta um amálgama de questionamentos sobre objetivos, rumos, pautas e significados de um movimento popular singular na história brasileira desde a restauração do regime democrático em 1985. A revogação dos aumentos das passagens já é um dos resultados obtidos em São Paulo e outras cidades, mas o movimento não deve parar por aí. **“Essas vozes precisam ser ouvidas”, disse a presidente Dilma Rousseff,** ela própria e seu governo alvos de críticas.

Clipping

Conselho Federal de Psicologia

COMUNICAR + |

ATO MÉDICO

05/07/2013

[Veja a matéria no site de origem](#)

Representantes de Conselhos Federais exigiram veto ao Ato Médico

Representantes de Conselhos Federais exigiram veto ao Ato Médico



Profissionais da saúde tentam, de todas as formas, impedir o disparate que será a aprovação do SCD nº 268/2002.

A Frente dos Conselhos Federais das Profissões da Área de Saúde (FCPAS) se reuniu ontem (4/7), com a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, e o secretário-geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, em mais uma tentativa de convencer o governo federal de que a sanção do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 268/2002 – Ato Médico – será um retrocesso insurmountable para o Sistema Único de Saúde (SUS).

Na reunião, os representantes da FCPAS exigiram o veto ao projeto de lei que, caso seja sancionado, poderá ser interpretado de maneira a dar aos médicos uma autonomia para decidir tratamentos que não são de sua competência. São mais de 20 profissões de saúde que estão indignadas com a possibilidade de aprovação do documento.

"A saúde não é prerrogativa de uma única profissão. É um direito constitucional de todos os cidadãos e não pode ser exclusividade de uma categoria em detrimento das demais", afirma Bianca Queiroga, presidente do Conselho Federal de Fonoaudiologia (CFFa), uma das instituições que fazem parte da FCPAS.

"Quando olhamos em cada inciso do projeto de lei, vemos que essa medida vai afetar vários programas já instituídos, como os da tuberculose, da dengue, das DSTs, da saúde da criança, da saúde auditiva, da saúde da mulher. Programas que, hoje, estão compartilhados com diversos profissionais e que passarão a ser prerrogativas do médico, caso o Ato Médico seja sancionado. Isso vai paralisar o SUS", alerta Bianca Queiroga.

ANOS DE INÉRCIA E COMPLACÊNCIA – O Ato Médico tramitou nas comissões da Câmara dos Deputados e Senado Federal durante 11 anos, tempo suficiente para que houvesse todas as discussões possíveis. Nesse período, foram realizadas 27

audiências públicas para negociar o que deveria ou não ser retirado do documento.

Mas o que se viu foi o pouco comprometimento dos parlamentares que permitiram que os interesses dos médicos se sobrepusessem aos da coletividade. O resultado é este que se tem conhecimento: um projeto de lei que sugere o interesse na corporativismo e na reserva de mercado para os médicos, sem preocupar-se com as particularidades da saúde pública.

"O SCD nº 268/2002 traz uma lógica de legislação voltada para o mercado das especialidades médicas, e não para a realidade da saúde da população. Acreditamos e defendemos o atendimento multidisciplinar para todos", diz a presidente do CFFa.

Desde que o Ato Médico foi aprovado no Senado Federal, uma série de fatos vem acontecendo. O último deles ocorreu na quarta-feira (3/7) em Brasília (DF). Representantes da FCPAS concederam entrevista coletiva à imprensa repudiando a tendência do governo federal em sancionar o Ato Médico. [A coletiva aconteceu após reunião da FCPAS com o ministro da Saúde, Alexandre Padilha.](#)

"Há uma incongruência lógica nesse projeto de lei. Existe uma competência hierárquica em relação aos demais profissionais da saúde, tornando a prática médica mais importante, superior e hegemônica em relação às outras, que também são formadas sob as mesmas diretrizes", analisa Bianca Queiroga.

O Ato Médico é um retrocesso às pretensões de mudanças profundas e urgentes na saúde pública. Transformações que estão sendo reivindicadas há anos por todos os profissionais que trabalham na área e pela sociedade. Além disso, a medida é inconstitucional e totalmente desrespeitosa com os profissionais de saúde que conseguiram ter suas atividades regulamentadas por lei, após anos e anos de luta.

RUMO A 7 MIL ASSINATURAS: DATA PARA ENTREGA JÁ ESTÁ MARCADA

A Comissão de Assuntos Parlamentares do Conselho Federal de Fonoaudiologia (CFFa), já marcou a data para entrega das assinaturas do abaixo-assinado contra o veto presidencial ao Projeto de Lei da Câmara nº 119/2010, que fixa a jornada semanal de 30 horas para fonoaudiólogos. A entrega do abaixo-assinado para a presidência da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados será no dia 21 de agosto.

Vamos nos mobilizar e alcançar a marca de 7 mil assinaturas! Já estamos quase lá. Imprima aqui o seu formulário, mobilize sua comunidade, universidade, família e envie até o dia 15 de agosto as assinaturas para o endereço: SRTVS Quadra 701, Bloco E, Palácio do Rádio II Sala 627, Brasília-DF – CEP: 70340-902.



ATUAÇÃO DA FONOAUDIOLOGIA NA ESCOLA

A Fonoaudiologia modificou, efetivamente, sua maneira de atuar no ambiente escolar?

A partir dessa indagação, a publicação apresenta experiências de atuação no espaço escolar, enfatizando ações com vistas à promoção de saúde e à educação inclusiva, demonstrando uma articulação entre saúde e educação. Também apresenta discussões voltadas para as estratégias fonoaudiológicas que podem auxiliar a formação continuada de professores



CONGRESSO BRASILEIRO DE FONOAUDIOLOGIA: FAÇA JÁ SUA INSCRIÇÃO!

O 21º Congresso Brasileiro de Fonoaudiologia acontecerá entre 22 e 25 de setembro, em Porto de Galinhas/PE. A data do envio de trabalho foi prorrogada para 10 de julho! As inscrições podem ser feitas pelo site da SBFa, na seção Inscrição: <http://www.sbfafono.org.br/fono2013/pg.php?pg=inscricao>.

